

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	15
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	37
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	38

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Dividendo		Ordinária		0,08690
Assembléia Geral Ordinária	08/09/2015	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,08690
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,08690
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,09720
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,09720
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,09720
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2015	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.391.903	1.362.856
1.01	Ativo Circulante	140.354	109.092
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	114.197	81.046
1.01.03	Contas a Receber	19.845	19.043
1.01.03.01	Clientes	630	618
1.01.03.01.01	Concessionárias	630	618
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.215	18.425
1.01.03.02.01	Rendas a receber	19.215	18.425
1.01.06	Tributos a Recuperar	965	4.578
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	965	4.578
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.347	4.425
1.01.08.03	Outros	5.347	4.425
1.01.08.03.02	Outros créditos	5.347	4.425
1.02	Ativo Não Circulante	1.251.549	1.253.764
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	480	483
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	480	483
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	480	483
1.02.03	Imobilizado	1.223.513	1.228.494
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.187.387	1.192.846
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	36.126	35.648
1.02.04	Intangível	27.556	24.787
1.02.04.01	Intangíveis	27.556	24.787
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	14.475	11.661
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	426	459
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	12.655	12.667

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.391.903	1.362.856
2.01	Passivo Circulante	92.092	74.112
2.01.02	Fornecedores	2.304	5.358
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.304	5.358
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.385	9.878
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.359	9.751
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.272	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.087	9.751
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2	44
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	24	83
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	22.660	10.748
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	22.660	10.748
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.660	10.748
2.01.05	Outras Obrigações	46.535	46.360
2.01.05.02	Outros	46.535	46.360
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	38.536	38.536
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.249	4.235
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	3.750	3.589
2.01.06	Provisões	10.208	1.768
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	51	45
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	51	45
2.01.06.02	Outras Provisões	10.157	1.723
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	10.157	1.723
2.02	Passivo Não Circulante	142.800	148.156
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	79.347	78.874
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	79.347	78.874
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	79.347	78.874
2.02.02	Outras Obrigações	41.265	40.827
2.02.02.02	Outros	41.265	40.827
2.02.02.02.05	Uso do bem público	41.243	40.775
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	22	52
2.02.03	Tributos Diferidos	8.488	12.987
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.488	12.987
2.02.04	Provisões	13.700	15.468
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.974	7.672
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	158	80
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	613	584
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	7.203	7.008
2.02.04.02	Outras Provisões	5.726	7.796
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.726	7.796
2.03	Patrimônio Líquido	1.157.011	1.140.588
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	321.434	321.434
2.03.04.01	Reserva Legal	35.317	35.317

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	55.779	55.779
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	45.684	45.684
2.03.04.10	Reserva de Investimento	184.654	184.654
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	16.423	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	222	222

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	53.379	51.283
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.549	-12.926
3.02.01	Custo com energia elétrica	-968	-418
3.02.02	Custo de operação	-11.581	-12.508
3.03	Resultado Bruto	40.830	38.357
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.748	-4.646
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.646	-4.618
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.546	-4.523
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-100	-95
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-102	-28
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	37.082	33.711
3.06	Resultado Financeiro	-12.203	-11.270
3.06.01	Receitas Financeiras	2.290	772
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.493	-12.042
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.879	22.441
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.456	-7.670
3.08.01	Corrente	-12.955	-11.280
3.08.02	Diferido	4.499	3.610
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.423	14.771
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.423	14.771
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02133	0,01722
3.99.01.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,03669	0,03669
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,02133	0,01722
3.99.02.02	PNR	0,01223	0,01233
3.99.02.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,03669	0,03669

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	16.423	14.771
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.423	14.771

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.617	27.902
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	48.823	43.528
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.879	22.441
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	9.222	9.219
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10.732	8.018
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.472	1.707
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	29	23
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	536	245
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	157	263
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	1.653	1.616
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-106	-223
6.01.01.19	Outros	249	219
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.206	-15.626
6.01.02.01	Concessionárias	-12	79
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-349	-198
6.01.02.03	Rendas a receber	-790	-801
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	3	-3
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-922	-835
6.01.02.08	Fornecedores	-3.054	-745
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-5.833	-7.681
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	6	16
6.01.02.13	Provisões	-617	-562
6.01.02.14	Uso do bem público	-990	-952
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-118	232
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.530	-4.176
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-466	-826
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-466	-826
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	33.151	27.076
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	81.046	22.660
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	114.197	49.736

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	321.434	0	222	1.140.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	321.434	0	222	1.140.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.423	0	16.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.423	0	16.423
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	321.434	16.423	222	1.157.011

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	297.232	0	50	1.116.214
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	297.232	0	50	1.116.214
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.771	0	14.771
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.771	0	14.771
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	297.232	14.771	50	1.130.985

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	66.514	57.902
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	59.486	57.076
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	7.028	826
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.587	-6.184
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-677	-82
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.376	-5.059
7.02.04	Outros	-7.534	-1.043
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-389	-378
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-7.145	-665
7.03	Valor Adicionado Bruto	54.927	51.718
7.04	Retenções	-9.239	-9.224
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.239	-9.224
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	45.688	42.494
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.290	772
7.06.02	Receitas Financeiras	2.290	772
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	47.978	43.266
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	47.978	43.266
7.08.01	Pessoal	2.779	2.699
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.317	2.161
7.08.01.02	Benefícios	348	419
7.08.01.03	F.G.T.S.	114	119
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.241	13.679
7.08.02.01	Federais	14.221	13.673
7.08.02.02	Estaduais	20	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.535	12.117
7.08.03.01	Juros	14.493	12.042
7.08.03.02	Aluguéis	42	75
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.423	14.771
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.423	14.771

Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2015 (*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	SalDOS		
		mar/15	dez/14	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.391.903	1.362.856	2,1%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.157.011	1.140.588	1,4%
Dívida líquida	R\$ mil	-12.190	8.576	-242,1%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	-0,01	0,01	-240,1%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	-0,07	0,05	-239,4%

Resultados		Janeiro a Março		
		mar/15	mar/14	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	53.379	51.283	4,1%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	-15.329	-17.057	-10,1%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-968	-515	88,0%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	37.082	33.711	10,0%
EBITDA	R\$ mil	46.304	42.930	7,9%
Resultado financeiro	R\$ mil	-12.203	-11.270	8,3%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	24.879	22.441	10,9%
Lucro líquido	R\$ mil	16.423	14.771	11,2%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	86,75%	83,71%	3,6%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	30,77%	28,80%	6,8%



Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1T15, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 11,3 GWh, 30,6% inferior ao 1T14 em função do cenário hidrológico desfavorável, ocasionando menor disponibilidade de água para geração.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do Resultado do Período	mar/15	mar/14	var. %
Receita operacional bruta	59.486	57.075	4,2%
(-) Deduções à receita operacional	-6.107	-5.792	5,4%
(=) Receita operacional líquida	53.379	51.283	4,1%
Gastos não gerenciáveis	-968	-515	88,0%
Energia elétrica comprada para revenda	-614	-75	718,7%
Encargos de uso da rede elétrica	-354	-343	3,2%
Outros gastos não gerenciáveis	0	-97	-100,0%
Margem bruta	52.411	50.768	3,2%
Gastos gerenciáveis	-6.107	-7.838	-22,1%
Pessoal	-2.697	-3.011	-10,4%
Materiais e serviços de terceiros	-2.775	-4.292	-35,3%
Arrendamentos e aluguéis	-40	-72	-44,4%
Provisões e contingências	-102	69	-247,8%
Outros gastos gerenciáveis	-493	-532	-7,3%
EBITDA	46.304	42.930	7,9%
Depreciação e amortização	-9.222	-9.219	0,0%
Resultado financeiro	-12.203	-11.270	8,3%
Imposto de renda e contribuição social	-8.456	-7.670	10,2%
Lucro líquido	16.423	14.771	11,2%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 53,4 milhões em 31 de março de 2015 acréscimo de 4,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 2,1 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram R\$ 968 mil no primeiro trimestre do ano de 2015, acréscimo de 88,0% quando comparado aos R\$ 515 mil no mesmo período do ano anterior. O aumento deve-se a maior quantidade de energia comprada no primeiro trimestre deste ano.

Comentário do Desempenho



Os Gastos Gerenciáveis compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências reduziram R\$ 1,7 milhões entre os trimestres pelo grupo de serviços, rubrica de conservação e reparo do sistema elétrico devido à manutenção de equipamentos e na de meio ambiente em função da postergação dos serviços. Adicionalmente, no grupo de pessoal houve menores gastos devido a menor média do headcount no 1T15 em relação ao 1T14.

Em 31 de março de 2015, o **EBITDA** alcançou R\$ 46,3 milhões, valor 7,9% superior ao valor alcançado no 1T14. A variação positiva foi oriunda da receita líquida e também devido à redução dos Gastos Gerenciáveis frente ao 1T14.

Quando comparado ao 1T14 a despesa financeira teve um aumento de R\$ 2,4 milhões enquanto a receita R\$ 1,5 milhões. A variação é explicada, na sua maioria, pelos seguintes fatores:

- (i) -R\$ 2,7 milhões em virtude da antecipação (abr/15 para mar/15) do reconhecimento dos dividendos adicionais das ações preferenciais classes "A", "B" e "C" (CPC 39) a serem deliberados na AGO de 08 de Abril de 2015;
- (ii) +R\$ 1,7 milhões de receita de aplicação financeira devido ao maior saldo de caixa no 1T15.
- (iii) +R\$ 0,4 milhões de despesa de atualização monetária e ajuste a valor presente do uso do bem público entre os períodos devido ao menor IGPM em 2015.
- (iv) -R\$ 0,3 milhões referente a outros resultados Financeiros;

No 1T15, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 16,4 milhões, 11,2% superior frente ao mesmo período do ano anterior, principalmente, em função da maior receita e redução dos Gastos Gerenciáveis.

ENDIVIDAMENTO

Endividamento	mar/15	dez/14	var.%
Dívida bruta	102.007	89.622	13,82%
(-) Disponibilidades	-114.197	-81.046	40,90%
(=) Dívida líquida	-12.190	8.576	-242,14%

A dívida bruta totalizou R\$ 102,0 milhões em 31 de março de 2015, aumentando o seu saldo em R\$ 12,4 milhões pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificados como encargos de dívidas.

A dívida líquida, considerando o valor de R\$ 114,2 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ - 12,2 milhões em 31 de março de 2015, decréscimo de 242,14% em relação a dezembro de 2014. A redução da dívida líquida é resultado do aumento do saldo de caixa em R\$ 33,1 milhões, superior ao impacto do aumento do saldo de ações preferenciais (dívida bruta) em R\$ 12,4 milhões.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/03/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	114.197	81.046
Concessionárias		630	618
Impostos e contribuições sociais	5	965	4.578
Rendas a receber	4	19.215	18.425
Outros créditos		5.347	4.425
Total do Ativo Circulante		140.354	109.092
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados		480	483
		480	483
Imobilizado	8	1.223.513	1.228.494
Intangível	9	27.556	24.787
		1.251.069	1.253.281
Total do Ativo Não circulante		1.251.549	1.253.764
TOTAL DO ATIVO		1.391.903	1.362.856
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores		2.304	5.358
Impostos e contribuições sociais	5	10.385	9.878
Dividendos		38.536	38.536
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	22.660	10.748
Benefícios pós-emprego		51	45
Uso do bem público		4.249	4.235
Provisões	11	10.157	1.723
Outras contas a pagar		3.750	3.589
Total do Passivo Circulante		92.092	74.112
Não circulante			
Tributos diferidos	6	8.488	12.987
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	79.347	78.874
Benefícios pós-emprego		613	584
Uso do bem público		41.243	40.775
Provisões	11	13.087	14.884
Outras contas a pagar		22	52
Total do Passivo Não circulante		142.800	148.156
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.1	804.459	804.459
Reservas de capital		14.473	14.473
Reservas de lucros		321.434	321.434
Outros resultados abrangentes		222	222
Lucros acumulados		16.423	
Total do Patrimônio líquido		1.157.011	1.140.588
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		1.391.903	1.362.856

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2015	2014
Receitas	13	53.379	51.283
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo do serviço de energia elétrica	14		
Energia elétrica comprada para revenda		(614)	(75)
Encargos de uso da rede elétrica		(354)	(343)
		<u>(968)</u>	<u>(418)</u>
Custo de operação	14		
Pessoal		(1.467)	(1.596)
Materiais e serviços de terceiros		(944)	(1.771)
Depreciações e amortizações		(9.122)	(9.124)
Outros custos de operação		(48)	(17)
		<u>(11.581)</u>	<u>(12.508)</u>
		<u>(12.549)</u>	<u>(12.926)</u>
Lucro bruto		40.830	38.357
Despesas e Receitas operacionais	14		
Despesas gerais e administrativas		(3.546)	(4.523)
Depreciações e amortizações		(100)	(95)
Outras despesas e receitas operacionais		(102)	(28)
		<u>(3.748)</u>	<u>(4.646)</u>
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		37.082	33.711
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		2.290	772
Despesas financeiras		(14.493)	(12.042)
		<u>(12.203)</u>	<u>(11.270)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	16	24.879	22.441
Imposto de renda e contribuição social correntes		(12.955)	(11.280)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.499	3.610
		<u>(8.456)</u>	<u>(7.670)</u>
Resultado líquido do período		16.423	14.771
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	17		
ON		0,02133	0,01722
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,03669	0,03669
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,03669	0,03669

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 e 2014
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	804.459	14.473	297.232	50	-	1.116.214
Lucro líquido do período					14.771	14.771
Saldos em 31 de março de 2014	804.459	14.473	297.232	50	14.771	1.130.985
Saldos em 31 de dezembro de 2014	804.459	14.473	321.434	222	-	1.140.588
Lucro líquido do período					16.423	16.423
Saldos em 31 de março de 2015	804.459	14.473	321.434	222	16.423	1.157.011

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.879	22.441
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	9.222	9.219
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10.732	8.018
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.472	1.707
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	29	23
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	536	245
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	157	263
Ajuste a valor presente	1.653	1.616
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(106)	(223)
Outros	249	219
	<u>48.823</u>	<u>43.528</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(12)	79
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(349)	(198)
Cauções e depósitos vinculados	3	(3)
Rendas a receber	(790)	(801)
Outros ativos operacionais	(922)	(835)
	<u>(2.070)</u>	<u>(1.758)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(3.054)	(745)
Outros tributos e contribuições sociais	(5.833)	(7.681)
Benefícios pós-emprego	6	16
Provisões	(617)	(562)
Uso do bem público	(990)	(952)
Outros passivos operacionais	(118)	232
	<u>(10.606)</u>	<u>(9.692)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>36.147</u>	<u>32.078</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.530)	(4.176)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>33.617</u>	<u>27.902</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(466)	(826)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(466)</u>	<u>(826)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>33.151</u>	<u>27.076</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	114.197	49.736
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	81.046	22.660
	<u>33.151</u>	<u>27.076</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Geração do valor adicionado	66.514	57.902
Receita operacional	59.486	57.076
Receita relativa à construção de ativos próprios	7.028	826
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(11.587)</u>	<u>(6.184)</u>
Custos da energia comprada	(677)	(82)
Encargos de uso da rede elétrica	(389)	(378)
Materiais	(1.124)	(1.306)
Serviços de terceiros	(2.252)	(3.753)
Outros custos operacionais	(7.145)	(665)
Valor adicionado bruto	<u>54.927</u>	<u>51.718</u>
Retenções		
Depreciações e amortizações	(9.239)	(9.224)
Valor adicionado líquido produzido	<u>45.688</u>	<u>42.494</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.290	772
Valor adicionado total a distribuir	<u>47.978</u>	<u>43.266</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.317	2.161
Benefícios	348	419
FGTS	114	119
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	14.221	13.673
Estaduais	20	6
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	14.493	12.042
Aluguéis	42	75
	<u>31.555</u>	<u>28.495</u>
Lucros retidos	16.423	14.771
	<u>47.978</u>	<u>43.266</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado. Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 4), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no período foi de R\$990 (R\$952 em 2014).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias em 5 de maio de 2015.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2014.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2014. Consequentemente, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 2 de março de 2015. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número NE em 31/12/2014	Título da Nota explicativa	Justificativa
2.6	Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas	(a)
5	Concessionárias	(b)
10	Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo	(b)
13	Fornecedores	(b)
14	Dividendos	(b)
16	Benefício pós emprego	(b)
17	Uso do bem público	(b)
19.2	Destinação do lucro	(b)
19.3	Reservas	(b)
28	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2014.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2015, em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2014, considerados imateriais pela Administração da Companhia, para fins de divulgações adicionais.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na Nota 2.5.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às informações contábeis intermediárias, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 6); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.5); Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 18.1.3); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 11.1); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 11.2) e ao plano de Benefícios pós-emprego.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quanto a sua recuperabilidade ao final de cada período, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia observar que houve indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização no valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	23.207	26.271
Aplicações financeiras - renda fixa	90.990	54.775
Total	<u>114.197</u>	<u>81.046</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas lastreadas em Debêntures remunerados a taxas que variam de 98,00% a 100,60% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 18.

4 Rendas a receber

	31/03/2015	31/12/2014
Lajeado Energia	14.027	13.450
Paulista Lajeado Energia	1.345	1.290
CEB Lajeado	<u>3.843</u>	<u>3.685</u>
	<u>19.215</u>	<u>18.425</u>

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 7). É contabilizada mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

Os saldos são todos vincendos e estão apresentados de custo amortizado.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/03/2015
Ativo - Compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social		3.874		106	2.530	(1.784)		(4.683)	43
ICMS		13							13
PIS e COFINS		-	131					(131)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		653	218						871
Outros		38							38
Total		4.578	349	106	2.530	(1.784)	-	(4.814)	965
Passivo - a recolher									
Imposto de renda e contribuição social		-	12.955					(4.683)	8.272
ICMS		44	9		(51)				2
PIS e COFINS		1.559	5.503		(3.366)	(1.784)		(131)	1.781
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		40	93		(157)		83		59
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.1	7.777			(7.777)				-
Encargos com pessoal		375	607		(711)				271
Outros		83					(83)		-
Total		9.878	19.167	-	(12.062)	(1.784)	-	(4.814)	10.385

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

5.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2014 a título de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, conforme legislação, liquidado em janeiro de 2015.

6 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, no prazo máximo de 10 anos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Passivo Não Circulante				Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
		31/03/2015		31/12/2014		2015	2014
		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL		
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego			(336)	(326)	10	15	
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas			(1.813)	(1.714)	99	83	
Uso do bem público - CPC 25			(8.289)		8.289		
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	6.1.2		18.811		(18.811)		
Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)			115		(115)		
Total diferenças temporárias			8.488	(2.040)	(10.528)	98	
Diferenças temporárias - RTT							
Uso do bem público - CPC 25	6.1.1			(8.110)	(8.110)	312	
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39				23.022	23.022	3.273	
Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)				115	115		
Outras						(73)	
Total diferenças temporárias - RTT			-	15.027	15.027	3.512	
Total			8.488	12.987	4.499	3.610	

6.1.1 Diferenças Temporárias - RTT

Com o advento da Lei nº 12.973/14, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, os quais passaram a incorporar o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua dedutibilidade ou não.

6.1.2 Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 18).

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Notas Explicativas

Notas explicativas
Períodos findos em 31 de março de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Períodos de 3 meses findos em 31 de março					
				Ativo Circulante		Passivo Não circulante		Receitas (Despesas) Operacionais	
				31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	2015	2014
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Bandeirante	Controle Comum	148,17	01/08/2002 a 15/12/2032	179	136	-	-	471	436
EDP Bandeirante	Controle Comum	148,17	01/08/2002 a 15/12/2032	15	12	-	-	43	43
				194	148	-	-	514	479
Rendas a receber (Nota 4)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta			14.027	13.451	-	-	38.188	36.619
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.843	3.685	-	-	10.463	10.033
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			1.345	1.289	-	-	3.662	3.511
				19.215	18.425	-	-	52.313	50.163
Outras contas a pagar									
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL			22	29	(64)	(171)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2011 a 31/12/2014				23		(61)
Prestação de serviços de consultoria ambiental									
Energist	Controle Comum		29/09/2011 a 28/09/2015						(54)
				-	-	22	52	(64)	(286)
				19.409	18.573	22	52	52.763	50.356

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do *timesheet*.

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema compartilhamento de recursos humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e atualmente, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

O contrato tinha a vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2011 e não necessitava ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 338/2008, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em janeiro de 2012, foi firmado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato para revisão dos percentuais de rateio no conjunto de contratos da contratada. Com a mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, em junho de 2013, o custo global e o percentual de rateio foram revisados, com conseqüente celebração do segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura.

As tratativas para firmar o novo "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" pela Companhia estão em andamento.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 19.2).

7.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

7.2 Remuneração dos administradores

7.2.1 Remuneração anual total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no período findo em 31 de março de 2015 e 2014 (em R\$).

	2015				2014					
	Conselho de Administração (*)	Proporção %	Diretoria Estatutária (**)	Proporção %	Conselho Fiscal (***)	Proporção %	Total	Proporção %	Total	Proporção %
Número de membros	(*)		(**)		(***)					
Remuneração fixa (em R\$)	19.001	100%	89.594	100%	32.940	100%	141.535	100%	126.504	100%
Salário ou pró-labore	15.834		67.086		27.450		110.370		105.420	
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a		3.724		n/a		3.724		n/a	
Encargos sociais	3.167		18.784		5.490		27.441		21.084	
Valor Total da remuneração	19.001		89.594		32.940		141.535		126.504	

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$100.000,00, para o período de abril de 2014 a março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2014.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$350.000,00, para o período de abril de 2014 até março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2014.

(***) Todos os 5 membros do Conselho Fiscal são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R\$108.000,00, para o período de abril de 2014 até março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2014.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica e Seguro de Vida.

7.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente ao período findo em 31 de março de 2015 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	19.001	59.729	6.588
Valor da menor remuneração individual	19.001	28.785	6.588
Valor médio da remuneração individual	19.001	44.797	6.588

8 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº367, de 2 de junho de 2009, atualizadas posteriormente pela Resolução Normativa nº474, de 7 de fevereiro de 2012.

No final da Concessão, o saldo remanescente dos ativos vinculados a concessão serão revertidos e indenizados pela União, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por parecer de seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.1 Composição do imobilizado

	31/03/2015				31/12/2014			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	692.623	(169.075)	523.548	2,00	689.038	(165.644)	523.394
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,23	332.886	(98.843)	234.043	3,23	332.886	(96.976)	235.910
Máquinas e equipamentos	4,53	400.923	(135.572)	265.351	4,53	400.923	(132.567)	268.356
Veículos	14,29	880	(796)	84	14,29	880	(792)	88
Móveis e utensílios	6,25	9	(1)	8	6,25	9		9
		<u>1.541.831</u>	<u>(404.287)</u>	<u>1.137.544</u>		<u>1.538.246</u>	<u>(395.979)</u>	<u>1.142.267</u>
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.328	(4.260)	4.068	3,33	8.328	(4.191)	4.137
Máquinas e equipamentos	3,40	72.883	(27.744)	45.139	3,40	72.883	(27.127)	45.756
		<u>81.211</u>	<u>(32.004)</u>	<u>49.207</u>		<u>81.211</u>	<u>(31.318)</u>	<u>49.893</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,65	655	(368)	287	10,65	655	(347)	308
Veículos	14,29	674	(442)	232	14,29	674	(418)	256
Móveis e utensílios	6,25	397	(280)	117	6,25	396	(274)	122
		<u>1.726</u>	<u>(1.090)</u>	<u>636</u>		<u>1.725</u>	<u>(1.039)</u>	<u>686</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.624.768</u>	<u>(437.381)</u>	<u>1.187.387</u>		<u>1.621.182</u>	<u>(428.336)</u>	<u>1.192.846</u>
Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos (Nota 11.1.1.1)		14.305		14.305		14.305		14.305
Outros		20.617		20.617		20.099		20.099
Administração		1.204		1.204		1.244		1.244
Total do imobilizado em curso		<u>36.126</u>	<u>-</u>	<u>36.126</u>		<u>35.648</u>	<u>-</u>	<u>35.648</u>
Total do imobilizado		<u>1.660.894</u>	<u>(437.381)</u>	<u>1.223.513</u>		<u>1.656.830</u>	<u>(428.336)</u>	<u>1.228.494</u>

8.1.1 Futura licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$49.207 relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que seria realizado o Leilão de Transmissão nº 004/2014 que previa a licitação do segundo circuito da LT 500kV Miracema-Lajeado dentre outras instalações, com vistas à atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

Em 18 de novembro de 2014 foi realizado o referido Leilão, todavia, não houveram propostas para os respectivos ativos. A ANEEL incluirá novamente estes ativos em Leilões futuros a serem realizados em 2015.

Após a respectiva licitação, os ativos relativos à LT 500kV Miracema-Lajeado e SE 500/230kV Lajeado deverão ser transferidos ao novo transmissor, sem ônus ao mesmo, uma vez que tais instalações passarão a compor a Rede Básica.

Sendo assim, a Companhia não identificou indícios de redução ao valor recuperável do imobilizado a serem feitos em suas informações contábeis intermediárias findas em 31 de março de 2015.

8.2 Mutações do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2014	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Reclassificação	Valor líquido 31/03/2015
Imobilizado em serviço							
Terrenos		114.510					114.510
Reservatórios, barragens e adutoras		523.394		3.585	(3.431)		523.548
Edificações, obras civis e benfeitorias		240.047			(1.936)		238.111
Máquinas e equipamentos		314.420			(3.643)		310.777
Veículos		344			(28)		316
Móveis e utensílios		131			(6)		125
Total do imobilizado em serviço		<u>1.192.846</u>	<u>-</u>	<u>3.585</u>	<u>(9.044)</u>	<u>-</u>	<u>1.187.387</u>
Imobilizado em curso							
Terrenos		2.082					2.082
Reservatórios, barragens e adutoras	8.2.1	721	3.711	(3.585)			847
Edificações, obras civis e benfeitorias		256					256
Máquinas e equipamentos		12.330				(205)	12.125
Adiantamento a fornecedores		645	312			426	1.383
Outros		19.614	40			(221)	19.433
Total do imobilizado em curso		<u>35.648</u>	<u>4.063</u>	<u>(3.585)</u>	<u>-</u>	<u>(221)</u>	<u>36.126</u>
Total do imobilizado		<u>1.228.494</u>	<u>4.063</u>	<u>-</u>	<u>(9.044)</u>	<u>-</u>	<u>1.223.513</u>

Para o período findo em 31 de março de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de março de 2015, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

8.2.1 Reservatórios, barragens e adutoras

O ingresso no valor de R\$3.711 inclui R\$3.585 referente aos custos associados à renovação da Licença de Operação - LO em 22 de dezembro de 2014, válida pelo período de 4 anos, conforme descrito na nota 11.2.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização, com exceção das servidões permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

9.1 Composição do intangível

	31/03/2015				31/12/2014				
	Nota	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço									
Geração									
Direito de concessão - Licenças ambientais			2.976		2.976				-
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	9.1.1	3,22	20.137	(8.638)	11.499	3,22	20.137	(8.476)	11.661
			23.113	(8.638)	14.475		20.137	(8.476)	11.661
Sistema de transmissão de conexão									
Servidão permanente			111		111		111		111
			111	-	111		111	-	111
Administração									
Software		20,00	1.629	(1.314)	315	20,00	1.629	(1.281)	348
			1.629	(1.314)	315		1.629	(1.281)	348
Total do intangível em serviço			24.853	(9.952)	14.901		21.877	(9.757)	12.120
Intangível em curso									
Geração									
Desenvolvimento de projetos	9.1.2		12.450		12.450		12.450		12.450
Outros			16		16		16		16
Administração			189		189		201		201
Total do intangível em curso			12.655	-	12.655		12.667	-	12.667
Total do intangível			37.508	(9.952)	27.556		34.544	(9.757)	24.787

9.1.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

9.1.2 Desenvolvimento de projetos

O montante de R\$12.450 refere-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo e homologado junto à ANEEL por meio do Despacho nº 300 de 17 de maio de 2001. Os estudos de engenharia foram entregues à ANEEL e os estudos ambientais estão aguardando a autorização dos órgãos competentes, para realização do levantamento relativo à população indígena na área impactada pelo empreendimento.

9.2 Mutações do intangível

	Nota	31/12/2014		Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	31/03/2015	
		Valor líquido	Ingressos			Valor líquido	
Intangível em serviço							
Software		348			(33)	315	
Servidão permanente		111				111	
Direito de concessão - Licenças ambientais		-		2.976		2.976	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		11.661			(162)	11.499	
Total do intangível em serviço		12.120	-	2.976	(195)	14.901	
Intangível em curso							
Desenvolvimento de projetos		12.450				12.450	
Outros intangíveis em curso	9.2.1	217	2.964	(2.976)		205	
Total do Intangível em curso		12.667	2.964	(2.976)	-	12.655	
Total do Intangível		24.787	2.964	-	(195)	27.556	

9.2.1 Outros intangíveis em curso

O ingresso no valor de R\$2.964 inclui R\$2.976 referente aos custos associados à renovação da Licença de Operação - LO em 22 de dezembro de 2014, válida pelo período de 4 anos, conforme descrito na nota 11.2.

Notas Explicativas

**Notas explicativas
Períodos findos em 31 de março de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**10 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
10.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

	Empresa	Finalidade	Forma de pagamento	31/03/2015				31/12/2014					
				Encargos		Principal		Encargos		Principal			
				Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total		
Moeda nacional													
Ações recebíveis cumulativa	Investco	Ações preferenciais resgatáveis A, B e C	Dividendos anuais e pagamento do principal	22.660	43.558	35.789	102.007	10.748	43.824	35.050	89.622		
Total				22.660	43.558	35.789	102.007	10.748	43.824	35.050	89.622		

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o Item 19 do CPC 39. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.2 Mutações dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período

	Valor líquido em 31/12/2014	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/03/2015
Circulante					
Juros	10.748	10.732	1.180		22.660
	10.748	10.732	1.180	-	22.660
Não circulante					
Principal	35.050			739	35.789
Juros	43.824		(1.180)	914	43.558
	78.874	-	(1.180)	1.653	79.347

Os juros provisionados de R\$10.732 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2015.

10.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Vencimento	
Circulante	
2015	22.660
	22.660
Não circulante	
2016	4.342
2017	3.995
2018	3.675
2019	3.381
2020 até 2024	13.253
2025 até 2029	8.733
2030 até 2033	41.968
	79.347
Total	102.007

11 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	11.1			8.861	8.588
Licenças ambientais	11.2	10.157	1.723	4.226	6.296
Total		10.157	1.723	13.087	14.884

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

11.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em processos administrativos em órgãos governamentais e ações judiciais em diversos tribunais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

11.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo		
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas		Atualizações Monetárias	Saldo em 31/03/2015	Depósito Judicial	
			Pagamentos	Reversões			31/03/2015	31/12/2014
Trabalhistas	80	92	(13)	(3)	2	158	366	363
Cíveis	7.008	13	(250)		432	7.203	30	30
Outros	1.500					1.500		
Total	8.588	105	(263)	(3)	434	8.861	396	393
Não circulante	8.588					8.861	396	393
Total	8.588					8.861	396	393

11.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de março de 2015 é de R\$3.152 (R\$3.213 em 31 de dezembro de 2014).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de março de 2015 é de R\$4.051 (R\$3.795 em 31 de dezembro de 2014). O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Terrenos (Nota 8).

11.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas diversas ações judiciais que encontram-se em andamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
			Depósito Judicial	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Trabalhistas	441	513	78	84
Cíveis	99.319	93.419		
Fiscais	2.418	2.391	5	5
Total	102.178	96.323	83	89

11.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se a ações descritas na nota 11.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de março de 2015 de R\$98.444 (R\$92.596 em 31 de dezembro de 2014).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 11.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de março de 2015 de R\$664 (R\$624 em 31 de dezembro de 2014).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso e a Companhia aguarda intimação para apresentar contrarrazões. Esta liminar está vigente até a presente data.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de março de 2015 é de R\$128 (R\$120 em 31 de dezembro de 2014).

11.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação da usina, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e também é registrado como um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11182/2014, válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão.

Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores. Como consequência, em março de 2015 a Companhia constituiu uma provisão adicional no montante de R\$6.561, sendo que, deste montante, R\$2.976 foram registrados em contrapartida no Intangível (Nota 9.2) e R\$3.585 no Imobilizado (Nota 8.2).

Os desembolsos de natureza ambiental durante o período de 2015 foram de R\$955. Deste montante, R\$587 referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$368 são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do período na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças Ambientais	Saldo em 31/12/2014		Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2015
		Adições					
Circulante	1.723	2.771	(587)	122	6.356	(228)	10.157
Não Circulante	6.296	4.627		105	(6.356)	(446)	4.226
Total	8.019	7.398	(587)	227	-	(674)	14.383

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$961.794. Para fins de informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$157.335 correspondente às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Notas 10 e 18.1.2). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houveram variações na composição do Capital social em 31 de março de 2015 face a 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado a seguir:

31/03/2015												
Em milhares de ações												
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A. Companhia Paranaense de Energia - COPEL	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Fumas Centrais Elétricas S.A.					6.425	39,45					6.425	0,82
Outros					1.650	10,13					1.650	0,21
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	71.252	66,47	71.459	9,09
									107.199	100,00	786.406	100,00

13 Receitas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e as receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;

(ii) O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	MWh (*)		R\$	
	2015	2014	2015	2014
Suprimento de energia elétrica	10.925	10.497	1.661	1.527
Energia de curto prazo		69	30	122
Receitas com operações de energia elétrica	10.925	10.566	1.691	1.649
Arrendamentos e aluguéis			57.645	55.276
Outras receitas operacionais			150	150
Receita operacional bruta	10.925	10.566	59.486	57.075
(-) Deduções à receita operacional			(6.107)	(5.792)
PIS/COFINS			(5.502)	(5.279)
P&D			(534)	(513)
Outros encargos			(71)	
Receitas	10.925	10.566	53.379	51.283

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

14 Gastos operacionais

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração dos gastos operacionais estão discriminados a seguir:

(i) a energia elétrica comprada para revenda é reconhecida em conformidade com o regime de competência e registro dos contratos na CCEE;

(ii) os gastos gerenciáveis são reconhecidos com base na associação direta da receita e quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26:

Notas Explicativas**Notas explicativas****Períodos findos em 31 de março de 2015****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março						
	2015					2014	
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total	Total
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda	614					75	
Encargos de uso da rede elétrica	354					343	
Taxa de fiscalização					-	4	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)					-	93	
	<u>968</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>515</u>	
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (i)		1.467		1.230		3.011	
Material		132		28		246	
Serviços de terceiros		812		1.803		4.046	
Depreciação		8.952		75		9.027	
Amortização		170		25		195	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					102	(69)	
Aluguéis e arrendamentos				40		72	
Outras		48		445		532	
	<u>-</u>	<u>11.581</u>	<u>-</u>	<u>3.646</u>	<u>102</u>	<u>17.057</u>	
Total	<u>968</u>	<u>11.581</u>	<u>-</u>	<u>3.646</u>	<u>102</u>	<u>17.572</u>	

15 Resultado financeiro

	Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
		2015	2014
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		2.073	379
Juros e multa sobre impostos		106	223
Ajustes a valor presente			79
Outras receitas financeiras		111	91
		<u>2.290</u>	<u>772</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	10.2	(10.732)	(8.018)
Variações monetárias moeda nacional		(157)	(263)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		(434)	(314)
Ajustes a valor presente		(1.757)	(1.616)
Atualização monetária uso do bem público		(1.368)	(1.786)
Benefícios pós-emprego		(20)	(23)
Outras despesas financeiras		(25)	(22)
		<u>(14.493)</u>	<u>(12.042)</u>
		<u>(12.203)</u>	<u>(11.270)</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	IRPJ / CSLL	
	2015	2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	24.879	22.441
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(8.459)</u>	<u>(7.630)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(3)	(34)
Outras		(12)
Incentivos fiscais		
Outras	6	6
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(8.456)</u>	<u>(7.670)</u>
Alíquota Efetiva	34,0%	34,2%

17 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No período de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2015	2014
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	8.577	6.925
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	598	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.933	3.933
	<u>16.423</u>	<u>14.771</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,02133	0,01722
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,03669	0,03669

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 17.1	Resultado por classe de ações
2014			
Ordinárias (ON)	7.554	(629)	6.925
Preferenciais Classe "R" (PNR)	4.800	(1.674)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	306	292	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	97	92	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	2.014	1.919	3.933
	<u>14.771</u>	<u>-</u>	<u>14.771</u>
2015			
Ordinárias (ON)	8.399	178	8.577
Preferenciais Classe "R" (PNR)	5.337	(2.211)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	340	258	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	108	81	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	2.239	1.694	3.933
	<u>16.423</u>	<u>-</u>	<u>16.423</u>

17.1 Direitos das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social;

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social;

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A contratação destes instrumentos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas as condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

18.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Ativos financeiros	Nota	Categoria	Níveis	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
				Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3						
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1	23.207	26.271	23.207	26.271
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	90.990	54.775	90.990	54.775
Concessionárias		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	630	618	630	618
Rendas a receber	4	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	19.215	18.425	19.215	18.425
				134.042	100.089	134.042	100.089
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	2.304	5.358	2.304	5.358
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	Outros ao custo amortizado	Nível 2	22.660	10.748	22.660	10.748
Uso do bem público		Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.249	4.235	4.249	4.235
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	10	Outros ao custo amortizado	Nível 2	79.347	78.874	79.347	78.874
Uso do bem público		Outros ao custo amortizado	Nível 2	41.243	40.775	41.243	40.775
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	22	52	22	52
				149.825	140.042	149.825	140.042

18.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivalem ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas que, nestes casos, o valor contábil pode diferir ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

(ii) Concessionárias: têm giro constante e é composto de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado. Desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação.

(iii) Rendas a receber: refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou junto à controladora e às demais concessionárias do Consórcio da UHE Lajeado, CEB Lajeado e Paulista Lajeado, os ativos que compõem a UHE Lajeado. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo IPCA medido pelo IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período. É classificado como valor justo por meio do resultado uma vez que os contratos de arrendamento são atualizados com taxas observáveis disponíveis no mercado.

(iv) Fornecedores: referem-se, principalmente, a valores a pagar relativos a compra de materiais e serviços utilizados na manutenção da usina. Como possuem giro constante, o valor justo se equivale ao preço da transação.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(v) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), descontado a valor presente.

Nesta categoria estão constituídas as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

(vi) Outras contas a pagar - Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem margem de lucro.

(vii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa de 6% a.a. implícita ao projeto, que representa o custo médio de capital na data da assinatura do contrato de concessão.

18.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

18.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

18.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de março de 2015 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

18.2.2 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável					
		Cenário (I)		Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	6.372	6.372	1.593	3.186	(1.593)	(3.186)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.457	1.457	364	729	(364)	(729)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	7.829	7.829	1.957	3.915	(1.957)	(3.915)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhado com a expectativa da Administração da Companhia, com intervalos entre: 9,25% e 13,25%.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionárias e Rendas a receber (Nota 4). A Companhia, em 31 de março de 2015, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias e Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de março de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	943	1.009	352			2.304
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				22		22
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21.480		1.180	15.393	63.954	102.007
Uso do bem público	333	661	3.255	16.817	24.426	45.492
	<u>22.756</u>	<u>1.670</u>	<u>4.787</u>	<u>32.232</u>	<u>88.380</u>	<u>149.825</u>

18.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

19 Compromissos contratuais e Garantias

19.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2015, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas informações contábeis intermediárias), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/03/2015			31/12/2014	
	Abril/2015 a Março/2016	Abril/2016 a Março/2018	Abril/2018 a Março/2020	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	162	211	34	407	414
Materiais e serviços	14.801	11.588	245	26.634	30.790
	<u>14.963</u>	<u>11.799</u>	<u>279</u>	<u>27.041</u>	<u>31.204</u>

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e estão ajustadas ao valor presente pela taxa de 8,90% que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Períodos findos em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/03/2015	31/12/2014
Aval de acionista	Seguro de vida	8.949	8.348
Fiança bancária	Ações judiciais	635	635
	Compra de energia	20.943	20.943
Recebíveis	Outros	50	785
		30.577	30.711

20 Eventos subsequentes

20.1 Assembléia Geral Ordinária - AGO

Foi aprovada em AGO, realizada em 8 de abril de 2015, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 com distribuição de: (i) dividendos no valor de R\$34.952 aos acionistas detentores de ações ordinárias; (ii) dividendos no valor de R\$10.732 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C"; (iii) JSCP no valor de R\$42.221 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R"; e (iv) JSCP no valor de R\$12.193 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C". Todos os montantes serão pagos, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2015.

Adicionalmente a destinação do lucro líquido, também foram deliberados:

(i) Aprovação da remuneração global anual da Diretoria no montante de até R\$420, do Conselho de Administração de até R\$100 e do Conselho Fiscal de até R\$150, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social da Companhia.

(ii) Eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para um novo mandato.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base na minuta do Parecer dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e Comentário de Desempenho do período findo em 31 de março de 2015, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral.

São Paulo, 30 de abril de 2015.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

CHRISTIANO CHAGAS MONTEIRO DE MELO

Conselheiro Efetivo

YIM KYU LEE

Conselheiro Suplente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JODÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 5 de maio de 2015, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2015.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PETER ERIC VOLF

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DANIEL SHEM CHENG CHEN

Diretor Jurídico

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice Presidente de Controle

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO

Diretora Administrativa e Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 5 de maio de 2015, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2015, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PETER ERIC VOLF

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DANIEL SHEM CHENG CHEN

Diretor Jurídico

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice Presidente de Controle

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO

Diretora Administrativa e Financeira